

A GESTÃO PÚBLICA DOS RECURSOS PROVINDOS DO ESTADO E DA UNIÃO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE DOM PEDRITO

CAMINHA, Gabrielle Acosta¹
gabrielle.ac@hotmail.com
GONÇALVES, Juliélen Cavalheiro¹
julielencavalheiro@gmail.com
REMONATO, Leandro¹
leremonato@hotmail.com
LOPES, Míriam Esrael¹
sem_miriam@hotmail.com
DUTRA, Olinda Gonçalves¹
olinda-dutra@hotmail.com
AGUIAR, Thamires Alexsandra Machado¹
thamirescaic@hotmail.com
RODRIGUES, José Alfredo Gonçalves²
SBERSE, Luciano de Godoy²
lucianogodoy@yahoo.com.br
PEREIRA, Marcus Vinicius Sitttoni²
contabeis.bg@ideau.com.br
KOPPER, Quelen²
quelenkopper@ideau.com.br

¹ Discentes do Curso de Ciências Contábeis, Nível IV 2017/1 - Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

² Docentes do Curso de Ciências Contábeis, Nível IV 2017/1 - Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

RESUMO: O presente trabalho visa apresentar a gestão pública dos recursos provindo do Estado e da União na Secretaria de Educação no Município de Dom Pedrito. A atual gestão municipal tem vários desafios a serem superados no objetivo de atender os munícipes, como por exemplo a carência de recursos, para identificar quais as estratégias de atendimento das demandas, o Gestor Público precisa ter competência técnica, responsabilidade e conhecer os principais problemas locais para atender as necessidades sociais. E para isso, a Gestão Pública Municipal precisa ter eficiência baseada em princípios modernos, utilizando as ferramentas adequadas, em prol na qualidade de vida da sociedade local. Diante destas considerações se propõe o presente trabalho que tem como objetivo demonstrar como funciona a gestão pública dos recursos da rubrica 1061 (TRANSPORTE ESCOLAR PNATE FUNDAMENTAL) e 1067 (TRANSPORTE ESCOLAR/ESTADO) provindos do Estado e União para o transporte escolar dos alunos das zonas rurais.

Palavras-chave: Gestão pública, competência técnica, ferramentas.

ABSTRACT: The present work aims to present the public management of resources coming from the State and the Union at the Education Department in the Municipality of Dom Pedrito. The current municipal management has several challenges to be overcome in order to meet the needs of citizens, such as the lack of resources, to identify the strategies to meet the demands, the Public Manager needs to have technical competence, responsibility and know the main local problems to meet social needs. And for this, the Municipal Public Management needs to be efficient based on modern principles, using the appropriate tools, for the quality of life of the local society. In view of these considerations we propose the present work that has the objective of demonstrating how the public management of resources from section 1061 (TRANSPORT OF THE FUNDAMENTAL PNATE SCHOOL) and 1067 (SCHOOL TRANSPORT / STATE) from the State and Union for the school transportation of students from rural areas.

Keywords: Public management, technical competence, tools.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muito tem se falado sobre transparência nos órgãos públicos nos últimos tempos, a sociedade vem exigindo cada vez mais ética e eficiência dos atuais gestores públicos. A contabilidade pública é uma ferramenta essencial para dar clareza na prestação de contas e valores apresentados.

Segundo Braga (1998, p.15) a Gestão Pública pode ser compreendida como um conjunto de órgãos e de servidores, que se mantem com os recursos públicos, sendo encarregados de decidir e programar as ações necessárias para a efetivação desta gestão.

Essas mudanças trouxeram as instituições governamentais uma maior transparência, com bons resultados na gestão de projetos e ações, distanciando e desburocratizando a tomada de decisão, e incentivando a participação da sociedade, trocando o papel do estado, no qual antes, era de produtor direto de bens e serviços, para indutor e regulador de toda cadeia econômica social.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2001 a 2010, o Brasil cresceu 3,6% ao ano, superando o desempenho médio registrado nas décadas de 80 e 90, tal acréscimo despertou os mercados externos e consequentemente mudanças na forma de administração pública.

Tais melhorias trouxeram significativas vantagens para o setor público, pois mudou a forma de pensar e agir das instituições e dos gestores públicos, provocando uma reforma nos sistemas administrativos, gerando eficiência, e zelo na aplicação dos recursos públicos em ações governamentais.

O Brasil foi bastante eficiente em observar que algo deveria ser feito, de modo que os recursos que estavam sendo disponibilizados através de toda carga tributária imposta pelo governo aos brasileiros, pudessem ter um destino mais certo e mais seguro, quando destinado as prefeituras, governos estadual e federal e instituições ligadas direta ou indiretamente à união.

Segundo Castor (1984), há algum tempo atrás, o termo gestão pública, surgiu para substituir o termo de administração pública e tem sido utilizado de forma intensa, contudo causou polêmica. Essa mudança marca o rompimento da administração pública tradicional e a adoção da gestão no mundo dos negócios. Porém ela não se modificou drasticamente, de acordo com os modelos de gestão pública. Mas não se pode dizer que ela não sofreu nenhuma mudança. Nota-se um esforço de evolução no sentido de modernização, procurando cada vez mais solucionar as falhas dos serviços públicos, com os limites de orçamento e respeitando os princípios da administração pública.

Essa gestão tem ao todo vários desafios para serem superados no objetivo de atender os municípios. O Gestor Público precisa ter competência técnica, responsabilidade e conhecer os principais problemas locais para atender as necessidades sociais. E para isso, a Gestão Pública

Municipal precisa ter eficiência e ter base em princípios modernos utilizando as ferramentas adequadas, em prol na qualidade de vida da sociedade local.

Drucker (1977) define Planejamento Estratégico como um processo contínuo, sistemático, organizado e capaz de prever o futuro, de maneira a tomar decisões que minimizem riscos.

Outra ferramenta utilizada é o orçamento público, este é uma lei que, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos.

Conforme James (2017, p. 50) trata-se de um instrumento de controle e planejamento que reflete as decisões políticas, estabelecendo as prioridades para o atendimento das demandas da sociedade, em face da escassez de recursos. Apresenta múltiplas funções - de planejamento, contábil, financeira e de controle. As despesas, para serem realizadas, têm que estar autorizadas na lei orçamentária anual.

Dentre essas demandas, uma das mais importantes para a sociedade é a da educação. Com isso, para ter uma boa gestão é preciso que seja executada a lei nº 11.494/2007 de forma correta.

“Lei nº 11.494/2007 I – Pelo menos 5% (cinco por cento) do montante dos impostos e transferências que compõem a cesta de recursos do Fundeb, a que se referem os incisos I a IX do caput e o § 1º do art. 3º desta Lei, de modo que os recursos previstos no art. 3º desta Lei somados aos referidos neste inciso garantam a aplicação do mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) desses impostos e transferências em favor da manutenção e desenvolvimento do ensino.”

O presente trabalho aborda como funciona a gestão pública dos recursos da rubrica 1061 (TRANSPORTE ESCOLAR PNATE FUNDAMENTAL) e 1067 (TRANSPORTE ESCOLAR/ESTADO) provindos do estado e união para o transporte escolar dos alunos das zonas rurais.

Considerando que a atividade do gestor público deve ser transparente e eficiente é que se faz importante o estudo presente em que demonstra como e a partir da lei deve ser realizado o planejamento estratégico.

2 DESENVOLVIMENTO

Referencial Teórico

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro.

As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores.

Além da responsabilidade pelos serviços públicos, o gestor público tem uma das mais importantes responsabilidades para gerir que é a boa gestão das contas públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada para regulamentar a gestão e controlar as contas públicas. Segundo o art. 165 da Constituição Federal, o Poder Executivo da União, Estados e Municípios precisam instituir o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual (PPA), que está no Art. 165, §1º, da Constituição Federal, o Poder Executivo define as diretrizes, os objetivos e as metas da gestão pública do Poder Executivo para as despesas de capital (despesas de investimentos), e outras decorrentes a programas de duração continuada (programas prolongados por mais de um exercício financeiro), pelo período de quatro anos, ou seja, neste Plano, são definidos todas as prioridades da gestão pública para os próximos quatro anos.

ANDRADE (2013, p. 24), afirma que o PPA:

É um programa de trabalho elaborado pelo executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua posse [...]. É a transformação, em lei, das ideias políticas divulgadas durante a campanha eleitoral, salientando os interesses sociais.

O orçamento é uma ferramenta que demonstra a alocação dos recursos públicos, sendo desenvolvidos por meio de diversos programas que compõem a integração do Plano Plurianual com o orçamento.

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme Art. 165, §2º, da Constituição, o Poder Executivo estabelece as diretrizes e orientações para elaborar e executar a Lei Orçamentária Anual, dispondo sobre alterações na legislação tributária.

Andrade (2013, p.30) diz que:

[...] a Lei de Diretrizes Orçamentaria passou ainda a exaltar: o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e formas de limitação de empenho, visando cumprimento de metas fiscais e do resultado primário e nominal, além de direcionar formas de limites com gastos com pessoal, [...] e outros riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, e a inclusão de anexo de Metas Fiscais e Riscos Fiscais.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme Art. 165, §5º, da Constituição, estima a Receita e fixa a despesa do Poder Executivo para o exercício financeiro de um determinado ano, compreendendo o Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário local, fundos especiais, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos vinculados, e os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Andrade, (2013, p. 42), define Lei Orçamentária Anual como:

Instrumento legal que deve conter o orçamento fiscal dos poderes da União, Estados e Municípios, de seus fundos, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, o orçamento de investimento das empresas em que o poder público, direta

ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento social, incluindo todas as entidades e órgãos a ele vinculados.

Para o estabelecimento do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), além do estabelecimento de Políticas e Projetos Públicos, a Gestão Pública necessita fazer o planejamento das ações que serão tomadas e qual será o custo destas ações.

Os recursos financeiros de uma organização concebem os meios monetários captados por essa mesma organização e que podem ser utilizados no financiamento da atividade corrente ou no financiamento de novos investimentos.

Conforme a página eletrônica do Ministério da Educação o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

Esses recursos são destinados aos alunos da educação básica, que residem em áreas rurais e necessitam desse transporte.

Os valores repassados são feitos em dez parcelas anuais, de fevereiro a novembro. O cálculo para essa arrecadação que cada município receberá é baseado no censo do ano anterior X per capita. Assumpção afirma que, é o exato momento em que o contribuinte comparece até a rede arrecadora (bancos,

O Plataformaonline do Ministério da Educação informa que os órgãos gestores destes recursos são:

- **Ministério da Educação** – Define a política pública, estabelece critérios e diretrizes para o programa.
- **INEP/MEC** – Consolida os dados do censo escolar utilizados para calcular o repasse aos municípios.
- **FNDE/MEC** – Transfere e monitora a execução do PNATE. Também é responsável pela análise dos processos de prestação de contas.
- **Conselhos do FUNDEB** – Responsável por fiscalizar o transporte escolar nos respectivos, também analisa em primeira instância as prestações de contas elaboradas pelos estados, Distrito Federal e municípios.

Antes de realizar a contratação deste serviço ou compra, é feito o orçamento para estabelecer as prioridades para o atendimento das demandas da sociedade.

MACHADO JR e REIS (1997, p.13) citam que o orçamento é:

[...] um instrumento que a administração dispõe para equacionar as realizações do futuro em termos realísticos, num programa operacional, como um curso de ação, servindo de ligação entre os sistemas de planejamento e de finanças.

O pagamento dessas despesas deste recurso destinado ao transporte escolar é realizado através do empenho. Ele é de suma importância na despesa pública. É uma garantia ao fornecedor e ao mesmo tempo um controle dos gastos. O empenho é o registro da despesa, o qual resulta na nota de empenho, sendo que a primeira via deve ser entregue ao fornecedor.

Segundo Machado e Reis (1999, p. 119), o empenho é o “ato de autoridade competente que determina a dedução do valor da despesa a ser executada da dotação consignada no orçamento para atender a essa despesa”.

Conforme a Constituição Federal, para cada empenho será extraído um documento denominado Nota de Empenho, que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a redução desta do saldo da dotação própria (Art. 61 da Lei 4.320/64).

Heilio Kohama (2008, p. 87) diz:

Despesa é os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; à satisfação dos compromissos.

Nenhuma despesa deve ser realizada sem o seu empenho prévio, que é o que estabelece o Artigo 60 da Lei 4.320/64, e para complementar no seu Parágrafo primeiro diz que “em casos especiais previstos na legislação não é necessária a nota de empenho”. Não podemos confundir nota de empenho com empenho prévio. Para simplificar, foi expedido um Decreto-Lei 1875 de 15 de julho de 1981, que seu artigo 4º estabelece os casos que podem ser dispensada a nota de empenho como, por exemplo, despesas com água e luz.

Conforme (xxxxxxx) Através da análise do contido na Lei 4.320/64, temos que os empenhos são classificados em:

O empenho ordinário, segundo Lima e Castro (2000, p. 26) é “destinado a atender às despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez”

O empenho por estimativa deverá ser anulado quando o valor exceder o montante da despesa realizada – anulação parcial -, quando o serviço contratado não tiver sido prestado, quando não ocorrer a entrega do material encomendado, e, ainda, quando a obra não for executada e por fim, se tiver sido emitido incorretamente. (SILVA e VASCONCELOS, 1997, p. 54)

O empenho Global, conforme (KOHAMA, 1996, p. 159) serve para os casos de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento, deve-se emitir o empenho global, deduzindo-se os valores correspondentes nas respectivas cotas trimestrais, abrangendo todo o período previsto no contrato, que pode compreender integralmente o exercício financeiro, ou apenas alguns meses, mas, em qualquer caso, sempre mais de uma parcela.

Após a emissão deste empenho, a contabilidade realiza a liquidação da despesa. Que consiste no direito adquirido do credor. As despesas somente serão pagas após sua regular liquidação, ou seja, se a mercadoria ou serviço forem entregues e elaborados conforme solicitado.

Conforme afirma Cruz (2003, p. 102), a “liquidação refere-se ao dever do gestor conferir e medir a qualidade e conformidade dos bens e/ou serviços que o poder público adquire”

Por fim é feito o pagamento para o credor responsável pela prestação do serviço ou fornecimento de produtos.

Segundo Silva e Vasconcelos (1997, p. 54), “o pagamento consiste na entrega de numerário ao credor do Estado, extinguindo, desta forma, o débito”.

Para que sejam desempenhadas todas as fases de empenho, principalmente o pagamento é necessário que o município tenha os recursos necessários disponíveis. Esses recursos são provindos através da arrecadação e recolhimento de impostos.

Conforme (xxxxxxx), a arrecadação é o exato momento em que o contribuinte comparece até a rede arrecadadora (bancos, casas lotéricas etc) e faz o pagamento do valor estipulado.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória sob a forma de pesquisa bibliográfica com estudo de caso aplicado na Prefeitura Municipal de Dom Pedrito.

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

A entrevista realizada com a Secretária da Fazenda, foi atingida com o auxílio de um roteiro, que contém 3 questões.

Segundo Alves-Mazzotti (Vidotto 2001), a análise documental consiste na análise de qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação: regulamentos, atas de reuniões, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, cartas, diários, jornais, revistas etc.

Dessa forma, foi analisado os relatórios de RAZÃO DA RECEITA e EMPENHOS EMITIDOS do sistema da Contabilidade.

As despesas avaliadas foram com transporte dos alunos, incluindo manutenção dos veículos, abastecimento e demais despesas relacionadas para que o transporte esteja em pleno funcionamento.

Através de várias fontes de dados utilizados para relataro que realmente acontece, buscou-se alcançar o objeto do estudo e chegar aos resultados do problema proposto.

Visualização de Relatórios - CP057025.Rel

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Dom Pedrito
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Data Inicial de Emissão 01.01.2017
Data Final de Emissão 22.08.2017
Fonte de Recursos 1061 TRANSP.ESC-PNATE- Fundamental

Data	Empenho	Desp.	P.Compra	Ano	Credor	Valor	Cat.
02.01.2017	2017/000183	8434	502	2016	6980 GBI COMBUSTIVEIS LTDA	100,42	1
Total do Dia :						100,42	
Total do Mes :						100,42	
17.02.2017	2017/001430	7797	115	2017	8526 PEGASUS VEICULOS LTDA	588,04	1
Total do Dia :						588,04	
20.02.2017	2017/001876	7797		2017	10255 PEGASUS VEICULOS LTDA	588,04	1
Total do Dia :						588,04	
Total do Mes :						1.176,08	
14.03.2017	2017/002200	9456	720	2017	5521 EDILSON COSTA DA SILVA	26.655,30	1
Total do Dia :						26.655,30	
Total do Mes :						26.655,30	
03.05.2017	2017/003765	9630		2017	5007 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	12.414,82	1
Total do Dia :						12.414,82	
Total do Mes :						12.414,82	
07.08.2017	2017/007036	7797	1356	2017	2675 RODRIGO COSTA e CIA LTDA	400,00	1
Total do Dia :						400,00	
Total do Mes :						400,00	
Total Geral .:						40.746,62	

Arquivo aberto: CP057025.Rel

Figura 2: Empenhos Emitidos, recurso 1061

Fonte: Sistema Govbr Prefeitura de Dom Pedrito (2017)

Na figura 3, temos o que foi arrecado do recurso 1067 (TRANSP ESCOLAR/ESTADO).

Observamos que a previsão de arrecadação para o recurso foi de R\$100.000,00. Sua arrecadação até o momento foi de R\$69.404,75.

CP - Principal - Prefeitura Municipal de Dom Pedrito - Exercício: 2017

Arquivos

Movimentações

Consultas

Relatórios

Suporte

Ajuda

CP

Razão da Receita

Dados da Receita

Unidade Gestora:

0000

PREFEITURA MUNICIPAL

Receita:

160

Transf Convênio Transporte Escolar
1.7.6.2.02.00.01.01

Fonte de Recursos:

1067

TRANSPORTE ESCOLAR/ESTADO

Filtros

Período

Data Inicial:

01/01/2017

Data Final:

16/08/2017

Tipo de Registro:

Movimento Completo

Tipos de Movimentação

☒ Arrecadação

☒ Estorno de Arrecadação

☒ Deduções

☒ Estorno de Deduções

Lançamento

Data

Histórico

Complemento Histórico

Contra

Valor

Sistema de Origem

283

01/01/2017

Previsão

100.000,00

PRONIM CP

441003

31/03/2017

Arrecadação

GUIA 441 - REPASSE TRANSP ESCOLA

3844

24.152,85

PRONIM CP

612868

27/04/2017

Arrecadação

GUIA 744 - TRANSP ESCOLAR ENS FUN

3844

13.880,95

PRONIM CP

614319

27/04/2017

Arrecadação

GUIA 745 - TRANSP ESC ESC TÉCNICA

3844

44.203,11

PRONIM CP

752677

25/05/2017

Est Arrecad

AJUSTE NA GUIA 745 REF TRANSP ES

3844

44.203,11

PRONIM CP

752691

25/05/2017

Est Arrecad

AJUSTE NA GUIA 441 REF TRANSP ES

3844

24.152,85

PRONIM CP

752723

25/05/2017

Arrecadação

AJUSTE NA GUIA 441 REF TRANSP ES

3844

13.880,95

PRONIM CP

789014

30/05/2017

Arrecadação

GUIA 839 - REPASSE TRANSP ESC ENS

3844

13.880,95

PRONIM CP

990056

30/06/2017

Arrecadação

GUIA 1088 - REND APLIC FINANC REF J

3844

13.880,95

PRONIM CP

Resumo

Previsão Inicial (Receita Bruta):

100.000,00

Arrecadação (Receita Bruta):

137.760,71

Arrecadação Bruta no Ano:

137.760,71

Previsão Inicial (Deduções):

0,00

Estorno de Arrecadação:

68.355,96

Dedução da Receita no Ano:

0,00

Previsão Inicial (Receita Líquida):

100.000,00

Dedução da Receita:

0,00

Arrecadação Líquida no Ano:

69.404,75

Reestimativa da Receita (Líquida):

0,00

Estorno de Deduções:

0,00

Saldo a Arrecadar no Ano:

30.595,25

Previsão Atualizada da Receita:

100.000,00

Arrecadação (Receita Líquida):

69.404,75

Saldo a Arrecadar no Período:

30.595,25

Exercício: 2017

Gabrielle

Enter+Tab

SQL Server

S:517.03.06-012 / C:517.03.06-010

01.07.25

15/08/2017

Figura 3: Razão da Receita recurso 1067

Fonte: Sistema Govbr Prefeitura de Dom Pedrito (2017)

Foi constatado na figura 4, que o recurso já está empenhado o valor de R\$ 733.643,16.

Data	Código	Descrição	Valor	Quantidade
20.01.2017	2017/000470 9239 810	2016 5522 EXTRAS TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI	79.920,00	1
		Total do Dia :	79.920,00	
		Total do Mes :	79.944,33	
20.02.2017	2017/001873 6040	1025 TESOURO DO ESTADO	246.199,63	1
		Total do Dia :	246.199,63	
		Total do Mes :	246.199,63	
14.03.2017	2017/002201 9457 720	2017 5521 EDILSON COSTA DA SILVA	40.100,00	1
		Total do Dia :	40.100,00	
15.03.2017	2017/002215 9239 358	2016 5522 EXTRAS TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI	79.184,80	1
		Total do Dia :	79.184,80	
		Total do Mes :	119.284,80	
26.05.2017	2017/004873 9457 720	2017 5521 EDILSON COSTA DA SILVA	69.100,00	1
		Total do Dia :	69.100,00	
		Total do Mes :	69.100,00	
14.06.2017	2017/005233 9239 487	2017 8951 ROSSANO PERES FARIAS-ME	81.614,40	1
		Total do Dia :	81.614,40	
16.06.2017	2017/005238 9239 810	2016 5522 EXTRAS TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI	27.500,00	1
		Total do Dia :	27.500,00	
		Total do Mes :	109.114,40	
12.07.2017	2017/006155 9239 810	2016 5522 EXTRAS TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI	110.000,00	1
		Total do Dia :	110.000,00	
		Total do Mes :	110.000,00	
		Total Geral .:	733.643,16	

Figura 4: Empenhos emitidos, recurso 1067

Fonte: Sistema Govbr Prefeitura de Dom Pedrito (2017)

Foi questionado a Secretária da Fazenda Municipal como era feito a suplementação destas despesas, já que o valor estava acima do arrecadado. Respondeu que a suplementação destes recursos acontece a partir do uso dos recursos 1010 (Salário Educação) e o 20 (Manutenção do desenvolvimento do Ensino – MDE), que são considerados recursos livres da Secretaria. Assim, obedece ao princípio da Legalidade, a qual, a Lei da Responsabilidade fiscal exige.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste artigo, concluiu-se que a Gestão Pública é de suma importância para o bom andamento da Administração Pública. O gestor público tem uma das mais importantes funções dentro da Gestão, pois é ele responsável para gerir o bom andamento da administração das contas públicas.

Com isso, vê-se que se bem administrado, teremos distribuições justas e corretas dos bens públicos. Para isso tem leis e princípios que norteiam a boa gestão.

O presente artigo nos motivou a abrangermos mais nossos conhecimentos com relação ao assunto tratado, a importância de sabermos como é feito a distribuição dos recursos providos do Estado e da União e se realmente acontece como orientado na Lei de Diretrizes Orçamentária e no Plano Plurianual.

Com isso concluímos a importância de um bom trabalho de planejamento por parte dos gestores, pois se ele for bem elaborado, haverá menos probabilidade de erros e menor necessidade de uma possível suplementação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Nilton de Aquino, **CONTABILIDADE PÚBLICA NA GESTÃO MUNICIPAL**. 5.ed. São Paulo, Atlas, 2013.
- BRAGA, Douglas Gerson. **CONFLITOS, EFICIÊNCIA E DEMOCRACIA NA GESTÃO PÚBLICA**. 1 Ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- CASTOR, B. V.; FRANÇA, Célio. **Administração pública no Brasil: exaustão e revigoramento do modelo**. Revista de Administração Pública, jan./mar, Rio de Janeiro, 1984.
- CRUZ, Flávio da, **COMENTÁRIOS À LEI 4.320**. IN: CRUZ, FLÁVIO DA (COORD.) ET AL. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>
- DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo : Pioneira, 1977.
- GIACOMINI, James. **ORÇAMENTO PÚBLICO**. 8ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- GIL, A. C. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIACOMINI JAMES, **ORÇAMENTO PÚBLICO**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- KOHAMA, Heilio. **CONTABILIDADE PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICA**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- KOHAMA, Heilio. **CONTABILIDADE PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICA**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **CONTABILIDADE PÚBLICA: INTEGRANDO UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS (SIAFI E SIAFEM)**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MACHADO JR, J. TEIXEIRA e REIS, Heraldo Costa. **A LEI 4320 COMENTADA**. Rio de Janeiro: IBAM, 1997.
- MACHADO JR, José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. **A LEI 4.320 COMENTADA**. 29.Ed. Rio de Janeiro. IBAM, 1999.
- SILVA, Jair Cândido da; VASCONCELOS, Edílson Felipe. **MANUAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA**. 1.ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1997.
- VIDOTTO, Juarês Domingos Frasson. **O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

(SC): O CASO DO BANCO DO BRASIL S/A. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração da Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2001

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

APÊNDICE

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI
FACULDADES IDEAU
CIÊNCIAS CONTÁBEIS – NÍVEL VI

Projeto Curso de Aperfeiçoamento Teórico – Prático

Este projeto tem como finalidade oportunizar o aluno a associar teoria e prática. Neste específico, pretende-se fazer um diagnóstico do processo da formação do preço de venda.

Entende-se que a possibilidade de corresponder aos anseios do mercado de trabalho e da sociedade como um todo, assim reportando-se à formação dada a este profissional, passa pela formação dada aos profissionais nos bancos escolares. A graduação precisa prepará-los para enfrentar as adversidades do mundo empresarial e social correspondente até mesmo antecipando-se às exigências dos mesmos.

Diante disso, os alunos e professores do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade IDEAU – Bagé, tendo como base de desenvolvimento de teoria e prática, propõe este trabalho, que vem atender a certa demanda de profissionais preparando-os para realidade do mercado.

Questionário: Gestão Pública dos Recursos do transporte

1. Como é feito o planejamento estratégico ? **O planejamento estratégico ocorre através da previsão de arrecadação a partir do censo.**
2. Como observado os recursos provindos não são suficientes para cobrir todas as despesas, como é feito? **ocorre uma complementação deste recurso através de outros dois recursos destinada a Secretaria de Educação, que seria o recurso 1010 (Salário Educação) e o 20 (Manutenção do desenvolvimento do Ensino – MDE).**
3. A partir do que é feita essa suplementação? **Conforme o princípio da legalidade, na qual, a Lei da Responsabilidade Fiscal exige**